

Demonstrações Financeiras

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração do resultado abrangente	5
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto.....	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Quotistas da
Águas Pontes e Lacerda Ltda.
Pontes e Lacerda - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Águas Pontes e Lacerda Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações Financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

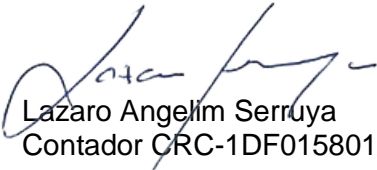


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6


Lazaro Angelim Serruya
Contador CRC-1DF015801/O-7

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.381	5.183	Fornecedores e outras contas a pagar	9	1.234	818
Depósitos bancários vinculados	6	425	413	Empréstimos e financiamentos	10	4.378	4.321
Contas a receber e outros recebíveis	7	1.599	1.483	Provisões e encargos trabalhistas		231	190
Estoques		316	506	Imposto de renda e contribuição social a pagar		170	116
Impostos e contribuições a recuperar		11	12	Obrigações fiscais		176	151
Despesas antecipadas		12	34	Total do passivo circulante		6.189	5.596
Total do ativo circulante		3.744	7.631				
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Realizável a longo prazo			
Despesas antecipadas		26	-	Fornecedores e outras contas a pagar	9	222	-
Contas a receber e outros recebíveis	7	10.983	11.027	Empréstimos e financiamentos	10	264	3.300
Depósitos judiciais		193	1.994	Provisão para perda com causas judiciais		30	12
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	69	16	Total do passivo não circulante		516	3.312
Total do realizável a longo prazo		11.271	13.037				
Não circulante				Patrimônio líquido			
Imobilizado		1.355	262	Capital social	11	10.693	8.593
Ativos de direito de uso		315	31	Adiantamento para futuro aumento de capital	11	-	2.100
Intangível	8	8.839	6.349	Reservas de lucros		8.501	9.183
Ativo de Contrato		375	1.474	Total do patrimônio líquido		19.194	19.876
Total do ativo não circulante		22.155	21.153				
				Total do passivo		6.705	8.908
Total do ativo		25.899	28.784	Total do passivo e patrimônio líquido		25.899	28.784

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Demonstrações dos resultados
Exercício findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	15	14.989	12.826
Custo dos serviços prestados	16	<u>(6.900)</u>	<u>(5.149)</u>
Lucro bruto		<u>8.089</u>	<u>7.677</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas comerciais	16	(396)	(245)
Despesas administrativas e gerais	16	(2.465)	(2.561)
Outras receitas e despesas		58	(10)
		<u>(2.803)</u>	<u>(2.816)</u>
Lucro antes do resultado financeiro, líquido		<u>5.286</u>	<u>4.861</u>
Receitas financeiras	17	408	473
Despesas financeiras	17	<u>(859)</u>	<u>(1.174)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(451)</u>	<u>(701)</u>
Lucro operacional antes dos tributos		<u>4.835</u>	<u>4.160</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	(1.800)	(1.426)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	<u>53</u>	<u>(24)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>3.088</u>	<u>2.710</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercício findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	<u>3.088</u>	<u>2.710</u>
Resultado abrangente total	<u><u>3.088</u></u>	<u><u>2.710</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercício findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Retenção de lucros		
Saldo em 1º de janeiro de 2019		8.593	-	432	6.041	-	15.066
Adiantamento para aumento de capital		-	2.100	-	-	-	2.100
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	2.710	2.710
Reserva legal		-	-	136	-	(136)	-
Reservas de lucros		-	-	-	2.574	(2.574)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	11	<u>8.593</u>	<u>2.100</u>	<u>568</u>	<u>8.615</u>	<u>-</u>	<u>19.876</u>
Aumento de capital	11	2.100	(2.100)	-	-	-	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	(3.770)	-	(3.770)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	3.088	3.088
Reserva legal		-	-	154	-	(154)	-
Reservas de lucros		-	-	-	2.934	(2.934)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	11	<u>10.693</u>	<u>-</u>	<u>722</u>	<u>7.779</u>	<u>-</u>	<u>19.194</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	3.088	2.710
Ajustes para:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(53)	24
Imposto de renda e contribuição social correntes	1.800	1.426
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	20	(109)
Depreciação e amortização	1.258	1.296
Reversão (provisão) para perdas em causas judiciais	18	(7)
Juros sobre atualização do contas a receber e outros recebíveis	(322)	(285)
Juros incorridos de empréstimos e financiamentos	409	859
	<u>6.218</u>	<u>5.914</u>
Variações em:		
Redução em contas a receber e outros recebíveis	69	143
Redução (aumento) em estoques	190	(157)
Redução em impostos e contribuições a recuperar	1	46
Aumento em despesas antecipadas	(4)	(19)
Redução (aumento) em depósitos judiciais	1.801	(1.787)
Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar	638	(4)
Aumento em provisões e encargos trabalhistas	41	37
Aumento em obrigações fiscais	25	26
	<u>8.979</u>	<u>4.199</u>
Juros recebidos sobre atualização do contas a receber e outros recebíveis	161	143
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.746)	(1.354)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(287)	(810)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	<u>7.107</u>	<u>2.177</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativos imobilizado	(1.139)	(158)
Aquisições de ativo intangível e ativo de contrato	(2.567)	(1.677)
Depósitos bancários vinculados	(12)	(22)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	<u>(3.718)</u>	<u>(1.857)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(3.421)	(2.161)
Adiantamento para aumento de capital	-	2.100
Dividendos pagos	(3.770)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(7.191)</u>	<u>(61)</u>
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	<u>(3.802)</u>	<u>259</u>
Demonstração do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>5.183</u>	<u>4.924</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u><u>1.381</u></u>	<u><u>5.183</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

1. Informações sobre a Empresa

A Águas Pontes e Lacerda Ltda é uma sociedade limitada, constituída no dia 01 de março de 2000, com sede localizada na Rua Rio Grande do Sul, nº 41, Bairro Centro, CEP 78.250-000 Pontes e Lacerda, MT, tem por objeto social manter e ampliar os sistemas de abastecimento, tratamento e distribuição de água e o de coleta e tratamento de esgotos sanitários em toda a área do município de Pontes e Lacerda, estado de Mato Grosso.

A Empresa iniciou suas atividades em maio de 2001 com a assinatura do contrato de concessão plena de água e esgoto sanitário no município de Pontes e Lacerda - Mato Grosso. Em setembro de 2009, a Iguá Saneamento S.A. adquiriu 80% de participação e assumiu o controle da Empresa e irá operar o sistema por 30 anos, com vencimento original em 2031. Em maio de 2011, passou a ser controlada direta da Iguá MT Participações Ltda. e, por consequência, controlada indireta da Iguá Saneamento S.A.

A emissão das demonstrações financeiras da Empresa foi autorizada pela Administração em 30 de abril de 2021.

2. Políticas contábeis

As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo quando requeridos pelas normas.

Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Adicionalmente, a Empresa considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação de suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2.1. Mensuração ao valor justo

A Empresa mensura instrumentos financeiros, como por exemplo, aplicações financeiras para gestão diária do caixa e maximização do fluxo de caixa com base nas vendas, ao valor justo na data das demonstrações financeiras.

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Empresa tem acesso nessa data.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso.

Quando disponível, a Empresa mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrerem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Empresa utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Empresa mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final de cada período de divulgação.

2.2. Receita de contrato com cliente

a) Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto

A receita de serviços é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de água e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas, correspondente à última leitura até a data de apresentação das demonstrações financeiras, representam receitas incorridas e são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados.

A Empresa reconhece a receita quando: (i) identifica os contratos com os clientes; (ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; (iii) determina o preço da transação; (iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no período no qual os serviços são prestados.

b) Contratos de concessão de serviços e construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e CPC 47 (R1) - Receita de Contrato com Cliente, na medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção, o ativo é classificado como um ativo de contrato.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

A Empresa reconhece um ativo intangível à medida em que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público.

A Empresa estima que a receita de construção de seus ativos intangíveis relativo à construção seja equivalente ao custo esperado mais margem e julga tal margem irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.

c) Receita de serviços de operação

A Empresa reconhece a receita de serviços de operação por operar e manter a infraestrutura do contrato de concessão quando satisfaz todas as obrigações de desempenho.

A Empresa satisfaz sua obrigação de desempenho conforme os serviços são prestados, por ocasião da manutenção, serviços auxiliares, pelo tratamento e disposição final do lodo gerado e demais serviços executados em conformidade com as normas e padrões exigidos pelo poder concedente da concessão em que opera.

2.3. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a Empresa cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

2.4. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Empresa compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras e contas a receber de clientes;
- Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos;
- Comissões e despesas bancárias;
- Outras.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

2.5. Tributos

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Empresa contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretenda fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido.

Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias da Empresa e ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis da Empresa, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não compensados possam ser utilizados.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados em base líquida, se, e somente se, estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela (i) mesma autoridade tributária; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem realizar os ativos e

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

c) Tributos sobre a venda

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

A Empresa reconhece ativos e passivos diferidos de tributos incidentes sobre a receita de construção e receita de ativo financeiro e recuperáveis sobre o custo de construção com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

2.6. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

A Empresa considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Em casos de substituição de partes que resultam em aumento da vida útil, o custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição e os ativos substituídos são baixados. Todos os demais custos de manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

no resultado.

a) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa.

b) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.7. Intangível

a) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Empresa e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

b) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

c) Amortização

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.8. Ativos de contrato

A norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

A norma também determina que quando a Empresa concluir a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a entidade deve apresentar este direito como ativo de contrato. O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro.

2.9. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro para a Empresa e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

a) Ativos financeiros

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Empresa para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Empresa tenha aplicado o expediente prático, a Empresa inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Empresa tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Vide políticas contábeis na Nota 2.2 – Receita de contrato com cliente.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Empresa para administrar ativos financeiros se refere a como se gerencia os ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo.

ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, a Empresa classifica os ativos financeiros na categoria de mensurados ao valor justo por meio do resultado e na categoria de custo amortizado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Empresa mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as condições forem atendidas: (i) dentro do modelo de negócios o objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Empresa ao custo amortizado incluem as contas a receber de clientes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla as aplicações financeiras para gestão diária do caixa.

iii) *Desreconhecimento*

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos do caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou quando a Empresa nem transferiu e nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Empresa transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Empresa continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Empresa também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Empresa.

iv) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Empresa reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Empresa espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Empresa aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Empresa não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base.

A Empresa considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, a Empresa também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Empresa receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Empresa. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

b) Passivos financeiros

i) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e contas a pagar.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Empresa incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

ii) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, a Empresa classifica os passivos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e financiamentos

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

iii) *Desreconhecimento*

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

c) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa houver um direito legalmente executável de compensar os valores e se houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.10. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

2.11. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Empresa baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base no Plano de Negócio. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de 5 anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Empresa estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não ultrapasse o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Esta reversão é reconhecida no resultado.

2.12. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.13. Provisões

a) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

b) Provisão para perdas com causas judiciais

A Empresa é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Empresa tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2.16. Arrendamentos

A Empresa avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Empresa reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Empresa reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

- Imóveis: 5 anos
- Veículos e equipamentos: 5 anos

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Empresa ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na Nota 2.11.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Empresa e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Empresa exercendo a opção de rescindir a arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Empresa aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.17. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

2.18. Classificação circulante versus não circulante

A Empresa apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- (i) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- (ii) Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- (iii) Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- (iv) É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- (i) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- (ii) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- (iii) Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- (iv) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Empresa classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.19. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data. A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações no CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Empresa, mas podem impactar períodos futuros caso a Empresa ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Alterações no CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações ao Pronunciamento CPC 48 fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas demonstrações financeiras da Empresa, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários.

Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Empresa, nem se espera que haja algum impacto futuro.

Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento revisado traz alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes.

Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

Essa alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras da Empresa.

2.20. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Empresa.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação;

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, A Empresa avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- i. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – NE 8;
- ii. Provisão para perdas de ativos financeiros (provisão para perdas de créditos esperadas) – NE 7;

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

4. Impactos da COVID – 19

a) Contexto Geral

A Administração da Empresa vem acompanhando atentamente as notícias acerca do vírus COVID-19, assim como as reações dos mercados em razão da expectativa de desaquecimento da economia global.

A Empresa efetuou análises sobre possíveis impactos da propagação do vírus COVID-19 em suas operações e, embora não seja possível prever nesse momento a extensão, severidade e duração dos impactos correspondentes, a Administração informa que, até a data da apresentação das demonstrações financeiras, ainda não foram identificados impactos significativos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Saldos bancários	638	1.186
Aplicações financeiras	743	3.997
Total	1.381	5.183

As aplicações financeiras são classificadas como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

A composição das aplicações financeiras consolidada está representada como segue:

<u>Modalidades</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Certificado de depósito bancário	-	3.875
Fundos de investimento	743	122
Total	743	3.997

Em 31 de dezembro de 2020 a rentabilidade média ao ano atrelada ao CDI dos fundos de investimentos foi de 3,56% (4,39% em 31 de dezembro de 2019) e em 31 de dezembro de 2019 a rentabilidade média ao ano atrelada ao CDI dos certificados de depósito bancário foi de 5,51%.

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo, aos investimentos estratégicos da Companhia, podendo ainda serem utilizados para outros fins. Os valores mantidos em caixa e equivalentes de caixa são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

6. Depósitos bancários vinculados

	2020	2019
Certificados de depósito bancário	425	413

O montante rende juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Depósitos bancários vinculados referem-se a montantes retidos na Empresa relativo à constituição de conta reserva do financiamento mantido junto ao Banco BTG Pactual S.A. do montante equivalente a uma parcela mensal vincenda de principal de juros.

Tais recursos retidos, quando desbloqueados ou se substituídos por outras garantias, são destinados aos investimentos necessários para a melhoria ou manutenção das redes de água e esgoto e demais investimentos previstos nos contratos de concessão.

7. Contas a receber e outros recebíveis

	Nota	2020	2019
Contas a receber		3.776	3.749
Direitos a faturar		585	533
(-) Provisão para perda do valor recuperável		(2.821)	(2.801)
		1.540	1.481
Conta corrente - partes relacionadas	18	-	11.027
Mútuo - partes relacionadas	18	10.983	-
Adiantamentos		3	2
Outros		56	-
Circulante		1.599	1.483
Não circulante		10.983	11.027
Total		12.582	12.510

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes é como segue:

	2020	2019
A vencer	1.116	980
Vencidos de 1 a 30 dias	517	574
Vencidos entre 31 e 90 dias	157	147
Vencidos entre 91 e 120 dias	22	52
Vencidos entre 121 e 180 dias	29	25
Vencidos acima de 181 dias	2.520	2.504
Total	4.361	4.282

Os valores acima apresentados não contemplam as provisões para redução ao valor recuperável do contas a receber. O movimento na provisão para perdas por redução no valor

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

recuperável em relação ao contas a receber e outros recebíveis durante o período é como segue:

Saldo em 1º de janeiro de 2019	2.910
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	288
Valores baixados	(397)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.801
Provisão para redução ao valor recuperável reconhecida	517
Valores baixados	(497)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.821

8. Intangível

a) Valor contábil

	Intangível ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 (j)	Software	Total
Custo			
Saldo em 1º de janeiro de 2019	16.586	86	16.672
Adições	999	-	999
Transferências	118	-	118
Saldos em 31 de dezembro de 2019	17.703	86	17.789
Adições	3.181	-	3.181
Transferências	485	-	485
Saldos em 31 de dezembro de 2020	21.369	86	21.455
Amortização			
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(10.211)	(27)	(10.238)
Adições	(1.189)	(13)	(1.202)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(11.400)	(40)	(11.440)
Adições	(1.163)	(13)	(1.176)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(12.563)	(53)	(12.616)
Valor líquido contábil			
Em 31 de dezembro de 2019	6.303	46	6.349
Em 31 de dezembro de 2020	8.806	33	8.839

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

(i) Intangível ICPC 01 (R1) / IFRIC 12

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	2019	2020		
		Custo	Adição (**)	Transferência (**)	Custo
Benfeitorias em imóveis de terceiros	De 4 a 7	1.478	-	3	1.481
Máquinas, aparelhos e equipamentos	De 10 a 14	2.353	78	75	2.506
Rede de água	De 4 a 5	9.036	2.454	343	11.833
Rede de esgoto	De 4 a 6	4.831	649	64	5.544
Outros	-	5	-	-	5
Total		17.703	3.181	485	21.369

	Taxa média de amortização % a.a. (*)	2018	2019		
		Custo	Adição	Transferência	Custo
Benfeitorias em imóveis de terceiros	De 4 a 7	1.478	-	-	1.478
Máquinas, aparelhos e equipamentos	De 10 a 14	2.210	94	49	2.353
Rede de água	De 4 a 5	8.246	767	23	9.036
Rede de esgoto	De 4 a 6	4.647	138	46	4.831
Outros	-	5	-	-	5
Total		16.586	999	118	17.703

(*) Os prazos de amortização não excedem o prazo da concessão.

(**) As movimentações líquidas em 2020 foram de R\$3.666.

b) Amortização

O ativo intangível, registrado na rubrica intangível ICPC 01 (R1), refere-se exclusivamente a capitalização gastos com construções e melhorias na infraestrutura. A amortização ocorre de forma linear, considerando como início da amortização a data de aquisição do bem ou a data de término das obras.

c) Teste por redução ao valor recuperável

Em 31 de dezembro de 2020 a Empresa realizou teste para avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis em virtude da aprovação do Plano de Negócio 21-25 em reunião ordinária do Conselho de Administração realizada em 26 de janeiro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2019 a Empresa realizou teste para avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis em virtude da aprovação do Plano de Negócio 20-24 em reunião ordinária do Conselho de Administração realizada em 31 de janeiro de 2020.

O valor recuperável da Unidade Geradora de Caixa foi baseado no valor em uso sendo o fluxo de caixa estimado pela Administração, descontado pela taxa WACC calculada com base em

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

premissas de mercados comparáveis.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período até o término do contrato de concessão. As projeções de crescimento do fluxo foram efetuadas em termos nominais.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- Receitas - as receitas foram projetadas entre 2021 e o término do período de concessão, considerando os ajustes tarifários ordinário e extraordinário, aumento do volume faturado em função de investimentos em produção de água, coleta e tratamento de esgoto, crescimento vegetativo previstos no plano de negócio das diferentes Unidades Geradoras de Caixa.
- Custos e despesas operacionais - os custos e despesas foram projetados a partir do desempenho histórico das operações combinado com o plano de negócios de longo prazo da empresa.
- Taxa de desconto - representam a avaliação de riscos no atual mercado, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados por taxas de desconto nominais de 10,00% em 31 de dezembro de 2020 (14,19% em 31 de dezembro de 2019).

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Empresa e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Empresa.

A unidade geradora de caixa não apresentou necessidade de provisão para perda, visto que o valor recuperável estimado para a unidade geradora de caixa foi superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

9. Fornecedores e outras contas pagar

	Nota	2020	2019
Fornecedores diversos		1.041	373
Operações mensais – partes relacionadas	18	314	342
Adiantamento de clientes		101	103
Circulante		1.234	818
Não circulante		222	-
Total		1.456	818

10. Empréstimos e financiamentos

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Linha de crédito	Nota	Indexado	Juros médios	Venci-	2020	2019
		r	a.a. (%) (*)	mento		
Cédula de crédito		CDI	7,20	2021	4.326	6.949
Arrendamento				2025	316	33
Conta corrente - partes relacionadas	18				-	639
Circulante					4.378	4.321
Não circulante					264	3.300
Total					4.642	7.621

(*) Os juros médios incorporam os juros fixos e a estimativa do indexador de referência na data do fechamento.

A garantia da cédula de crédito é o aval da Iguá Saneamento S.A., cessão fiduciária de direitos creditórios e constituição de conta reserva com saldo não inferior a uma prestação vincenda de amortização e juros. Em 31 de dezembro de 2020 o montante constituído é de R\$425 (R\$413 em 31 de dezembro de 2019).

Os empréstimos e financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

	Valor	12	13 a 24	25 a 36	37 a 48	49 a 60
31 de dezembro de 2020	contábil	meses	meses	meses	meses	meses
Empréstimos e financiamentos	4.326	4.326	-	-	-	-
Arrendamento	316	52	57	63	69	75
Total	4.642	4.378	57	63	69	75

	Valor	12	13 a 24
31 de dezembro de 2019	contábil	meses	meses
Empréstimos e financiamentos	6.949	3.649	3.300
Arrendamento	33	33	-
Total	6.982	3.682	3.300

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

a) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

	<u>Empréstimos e financiamentos</u>	<u>Arrendamento</u>	<u>Dividendos a pagar</u>	<u>Capital social</u>	<u>Total</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2019	9.639	-	-	8.593	18.232
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Amortização de principal	(2.100)	(61)	-	-	(2.161)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	2.100	2.100
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(2.100)	(61)	-	2.100	(61)
Outras variações					
Provisão de juros	852	7	-	-	859
Captação de arrendamento	-	94	-	-	94
Pagamento de juros	(803)	(7)	-	-	(810)
Total de outras variações	49	94	-	-	143
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.588	33	-	10.693	18.314
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Amortização de principal	(2.745)	(37)	-	-	(2.782)
Amortização – partes relacionadas	(639)	-	-	-	(639)
Pagamento de dividendos	-	-	(3.770)	-	(3.770)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(3.384)	(37)	(3.770)	-	(7.191)
Outras variações					
Provisão de juros	405	4	-	-	409
Distribuição de dividendos	-	-	3.770	-	3.770
Captação de arrendamento	-	320	-	-	320
Pagamento de juros	(283)	(4)	-	-	(287)
Total de outras variações	122	320	3.770	-	4.212
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.326	316	-	10.693	15.335

b) Cumprimento de cláusula contratual restritiva (covenants)

Os índices financeiros são verificados com base nas datas bases estipuladas nos contratos firmados pela Empresa e os respectivos agentes. A administração acompanha os cálculos destes índices periodicamente a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa não atendeu às referidas cláusulas e tiveram o montante de R\$615 em empréstimos e financiamentos reclassificados para o passivo circulante. Dado que se trata de fato pontual, a instituição financeira credora de tais empréstimos e financiamentos anuiu a renúncia do vencimento antecipado de tais dívidas. Sendo assim, o impacto do não atendimento das cláusulas restritivas se limita à reclassificação do montante acima referido.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

11. Capital social e reservas

a) Capital social

O capital social da Empresa, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 10.693 (R\$8.593 em 31 de dezembro de 2019). Está representado por 10.693 quotas (8.593 em 31 de dezembro de 2019), com valor nominal, pertencentes aos seguintes quotistas:

	2020	2019
Iguá MT Participações Ltda.	100%	100%

Em 19 de dezembro de 2019 o sócio IGUA MT Participações Ltda., realizou adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), no valor de R\$2.100, conforme instrumento particular de adiantamento para futuro aumento de capital social e foi efetivado no decorrer do exercício de 2020, conforme 32ª alteração do contrato social realizada em 31 de julho de 2020.

b) Reservas

Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após compensação de prejuízos acumulados.

Reserva de lucro

É destinada, quando aplicável, para os investimentos previstos no orçamento de capital para construção/melhoria do sistema de saneamento básico de água e esgotos sanitários, podendo também ser distribuída como dividendos aos acionistas.

c) Dividendos

O contrato social da Empresa não determina o dividendo mínimo obrigatório, conseqüentemente, a Lei nº 6.404/76 determina no mínimo a distribuição de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma dessa lei.

A Empresa realizou distribuição de dividendos no valor de R\$3.770 utilizando a reserva de retenção de lucros e realizada durante o exercício de 2020.

Tendo em vista a necessidade da Empresa de manter os recursos necessários para os investimentos a serem realizados no ano de 2021, a administração entende que a distribuição de dividendos é incompatível com a situação financeira da Empresa e a parcela dos lucros não distribuída foi destinada a constituição de reserva de retenção de lucros.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

12. Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Empresa é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Empresa para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2020	2019
Total do passivo	6.705	8.908
(-) Caixa e equivalentes de caixa e depósitos bancários vinculados	(1.806)	(5.596)
(=) Dívida líquida (A)	4.899	3.312
Total do patrimônio líquido (B)	19.194	19.876
Índice de alavancagem em 31 de dezembro (A/B)	4,92	7,00

13. Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

	Nota	Valor justo por meio do resultado		Ativo mensurado ao custo amortizado		Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado	
		2020	2019	2020	2019	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	743	3.997	638	1.186	-	-
Depósitos bancários vinculados	6	425	413	-	-	-	-
Contas a receber e outros recebíveis	7	-	-	12.582	12.510	-	-
Ativos financeiros		1.168	4.410	13.220	13.696	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar (*)	9	-	-	-	-	1.355	715
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	-	-	4.642	7.621
Passivos financeiros		-	-	-	-	5.997	8.336

(*) O montante apresentado não contempla os adiantamentos.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

b) Mensuração do valor justo

Para os passivos financeiros, o valor justo que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2020.

c) Gerenciamento de riscos financeiros

A Empresa possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de preço.

i) *Estrutura do gerenciamento de risco*

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Empresa e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Empresa que através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

ii) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Contas a receber e outros recebíveis

A Empresa tem atualmente recebíveis no segmento de saneamento.

Como principal mitigador ao risco de crédito no contrato de concessão, a Empresa detém o controle direto dos recebíveis e o fornecimento dos serviços e, além disso, existe cláusula contratual prevendo indenização em caso de renúncia do poder concedente, demonstrando o controle sobre os recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Empresa manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foram:

	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.381	5.183
Depósitos bancários vinculados	6	425	413
Contas a receber e outros recebíveis (*)	7	12.579	12.508
Circulante		3.402	7.077
Não circulante		10.983	11.027
Total		14.385	18.104

(*) Não foi considerado o montante de outros recebíveis referente a adiantamentos

iii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de a Empresa encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2020	2019
Fornecedores e outras contas a pagar (*)	9	1.355	715

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Empréstimos e financiamentos	10	4.642	7.621
Circulante		5.511	5.036
Não circulante		486	3.300
Total		5.997	8.336

(*) Não foi considerado o montante de outras contas a pagar referente adiantamentos.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

31 de dezembro de 2020	Valor contábil	Fluxo de caixa					
		contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses
Fornecedores e outras contas a pagar (*)	1.355	1.355	1.133	222	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	4.326	4.473	4.473	-	-	-	-
Arrendamento	316	399	80	80	80	80	79
Total	5.997	6.227	5.686	302	80	80	79

31 de dezembro de 2019	Valor contábil	Fluxo de caixa		
		contratual	12 meses	13 a 24 meses
Fornecedores e outras contas a pagar (*)	715	715	715	-
Empréstimos e financiamentos	7.588	8.136	4.695	3.441
Arrendamento	33	34	34	-
Total	8.336	8.885	5.444	3.441

(*) Não foi considerado o montante de outros recebíveis referente a adiantamentos

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Empresa possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

iv) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos resultados da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Empresa estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI.

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Perfil

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Empresa era:

	Nota	2020	2019
Ativos financeiros			
Aplicação financeira	5	743	3.997
Depósitos bancários vinculados	6	425	413
Total		1.168	4.410
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	10	4.326	6.949

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo das aplicações financeiras, no endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Empresa efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2020	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	743	CDI	3,56	26	4,45	33	5,34	40
Depósitos bancários vinculados	425	CDI	2,69	11	3,36	14	4,04	17
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(4.326)	CDI	2,75	(119)	3,44	(149)	4,13	(179)
Total dos ativos e passivos financeiros	(3.158)			(82)		(102)		(122)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido						(20)		(40)

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição em 2020	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	743	CDI	3,56	26	2,67	20	1,78	13
Depósitos bancários vinculados	425	CDI	2,69	11	2,02	9	1,34	6
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(4.326)	CDI	2,75	(119)	2,06	(91)	1,37	(61)
Total dos ativos e passivos financeiros	(3.158)			(82)		(62)		(42)
Impacto no resultado e patrimônio líquido						20		40

Fontes: as informações do CDI foram extraídas do Focus - Relatório de Mercado divulgado pelo BACEN na data de 31 de dezembro de 2020.

v) Risco de preço

A estrutura tarifária cobrada dos consumidores é regulada pelo poder concedente, que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Determinadas situações permitem a Empresa requerer o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão que naturalmente deverá ser aprovado pelo órgão regulador e poder concedente.

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Imposto de renda e contribuição social						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	297	240	-	-	57	10
Provisão para perda com causas judiciais	10	4	-	-	6	(3)
Outras provisões	19	16	-	-	3	1
Intangível líquido - contrato de concessão	-	-	77	80	3	3
Direitos a faturar	-	-	180	164	(16)	(35)
	326	260	257	244	53	(24)
Compensação (*)	(257)	(244)	(257)	(244)	-	-
Total líquido	69	16	-	-	53	(24)

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

(*) Saldos de ativos e passivos fiscais diferidos compensados, sendo a natureza da compensação ativa, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Conciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

Reconciliação da taxa efetiva	2020	2019
Resultado do exercício antes dos impostos	4.835	4.160
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	(1.644)	(1.414)
Ajuste do imposto de renda e contribuição social		
Despesas não dedutíveis	-	(2)
Outras	(103)	(34)
Imposto corrente	(1.800)	(1.426)
Imposto diferido	53	(24)
Alíquota efetiva	(36%)	(35%)

15. Receita operacional líquida

	2020	2019
Saneamento	14.188	12.379
Construção	2.567	1.679
Outros Serviços	373	488
Abatimentos e cancelamentos	(811)	(523)
Impostos sobre vendas e serviços	(1.328)	(1.197)
Total	14.989	12.826

16. Custos e despesas por natureza

Custos dos serviços prestados	2020	2019
Custo de construção	(2.567)	(1.679)
Depreciação e amortização	(1.065)	(1.045)
Energia elétrica	(1.252)	(1.009)
Despesas com pessoal	(823)	(796)
Materiais auxiliares	(723)	(273)
Serviços de terceiros	(403)	(227)
Materiais diretos	(80)	(115)
Manutenção de máquinas, equipamentos e veículos	(3)	(59)
Outros custos	(82)	(43)
Créditos de Pis e Cofins	98	97
Total	(6.900)	(5.149)

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Despesas administrativas e gerais	2020	2019
Despesa com pessoal	(1.019)	(1.120)
Outras despesas	(1.036)	(1.118)
Depreciação e amortização	(190)	(248)
Serviços de terceiros	(220)	(75)
Total	(2.465)	(2.561)

Despesas comerciais	2020	2019
Despesa com pessoal	(219)	(197)
Serviços de terceiros	(106)	(92)
Outras despesas comerciais	(33)	(49)
Materiais	(10)	(4)
Depreciação e amortização	(3)	(3)
Energia elétrica	(5)	(9)
Reversão / (provisão) para créditos de liquidação duvidosa	(20)	109
Total	(396)	(245)

17. Receitas e despesas financeiras

	2020	2019
Receitas financeiras		
Juros sobre contas a receber de clientes	322	285
Juros de aplicações financeiras	85	188
Descontos obtidos	1	-
Total	408	473
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(409)	(859)
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(1)	(6)
Comissões e despesas bancárias	(357)	(279)
Outras despesas financeiras	(92)	(30)
Total	(859)	(1.174)
Despesas financeiras líquidas	(451)	(701)

18. Partes relacionadas

a) Controladora

A parte controladora direta e final da Empresa é a Iguá MT Participações Ltda., onde são consolidadas as demonstrações financeiras.

b) Outras transações com partes relacionadas

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Em contas a receber e outros recebíveis, fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos	(Nota 7)	(Nota 7)	(Nota 9 e 10)	(Nota 9 e 10)		
Centro de soluções compartilhadas - CSC	(a)	-	-	-	(624)	(802)
Repasse de recursos e custos - CSC	(b)	-	314	341	(543)	(845)
Contrato de assistência técnica	(c)	-	-	1	-	1
Conta corrente	(d)	-	-	639	-	-
Mútuo	(e)	10.983	-	-	-	-
Circulante		-	92	981	(1.167)	(1.646)
Não circulante		10.983	222	-	-	-
Total		10.983	314	981	(1.167)	(1.646)

- (a) Refere-se a repasses de gasto com estrutura administrativa compartilhada entre as partes para prestação de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço.
- (b) Refere-se a repasses de compartilhamento de recursos e rateio de custos e despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com natureza do serviço.
- (c) Contrato de assistência técnica entre a Empresa e suas controladoras em conjunto com vigência até o término do contrato de concessão e parcelas mensais equivalentes a 5% da receita líquida.
- (d) Refere-se ao contrato de conta corrente entre a Empresa e sua controladora, no qual cada uma das partes pode estar simultaneamente na posição de credora e devedora, com direitos.
- (e) Refere-se a contratos de mútuos entre a Empresa e sua controladora, com incidência de juros fixos de 8% ao ano, e vencimento em 2022.

19. Seguros

A Empresa tem cobertura de seguros contra riscos operacionais em montante suficiente para cobertura de eventuais sinistros em suas operações. A Administração revisa anualmente os limites de cobertura e promove adequações de acordo com as capacidades operacionais da Empresa.

20. Compromissos

- a) Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão

A prática contábil adotada pela Empresa é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Empresa possui o compromisso de manter controle auxiliar com a segregação dos valores dos imobilizados transferidos e do valor relativo à delegação dos serviços públicos (custo, depreciação e amortização acumulada).

Águas Pontes e Lacerda Ltda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de reais)

Composição da Diretoria

Diretoria

Nilza Marques Fernandes
Julie da Cunha Campbell

Contador

Anderson da Costa
CRC/SP nº 1 SP-244592/O-1